

ARNALDO
RIZZARDO

DIREITO DO AGRONEGÓCIO

4.^a edição

Revista, atualizada e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2018 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- A obra *Direito Agrário* passou a ser publicada pela Editora Forense, como *Direito do Agronegócio*, a partir da 4ª edição.
- Capa: Danilo Oliveira
- Fechamento desta edição: 08.06.2018

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

R533d
Rizzardo, Arnaldo

Direito do agronegócio / Arnaldo Rizzardo – 4. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-8096-2

1. Direito civil – Brasil. I. Título.

18-50305

CDU: 347(81)

Leandra Felix da Cruz — Bibliotecária - CRB-7/6135

1126918

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – DIREITO AGRÁRIO	1
1. A Definição de Direito Agrário	1
2. Direito Agrário ou Direito Rural e Autonomia Legislativa	2
3. Objeto do Direito Agrário e Atividade Agrária	3
4. Caracterização e Natureza do Direito Agrário	4
5. Princípios e Fontes do Direito Agrário	5
6. Relação do Direito Agrário com Outros Ramos do Direito	7
7. A Origem do Direito Agrário.....	9
8. Uma Visão do Direito de Propriedade Através dos Tempos	10
9. O Sistema da Propriedade Rural desde os Primórdios do Direito Brasileiro..	11
10. As Tentativas de Codificação e a Autonomia do Direito Agrário	14
11. A Política Agrícola.....	15
CAPÍTULO II – O IMÓVEL RURAL	21
1. A Função Social da Propriedade.....	21
2. A Função Social e a Utilização Racional e Adequada da Propriedade.....	24
3. Imóvel Rural	25
4. Tributo Incidente em Imóvel Localizado em Zona Urbana, mas com Destinação Rural	28
5. Latifúndio	33
6. Minifúndio	34
7. Módulo Rural, Módulo Fiscal e Fração Mínima de Parcelamento	35
7.1. Módulo rural – MR.....	35
7.2. Módulo fiscal – MF.....	38
7.3. Fração Mínima de Parcelamento – FMP.....	41
8. Zona Típica de Módulo – ZTM	43
9. Propriedade Familiar	44
10. Tamanho da Propriedade Rural, ou Pequena, Média e Grande Propriedade Rural.....	45
11. A Pequena e Média Propriedade e sua Proteção.....	49

12. A Pequena e Média Propriedade e a Reforma Agrária.....	50
13. Desmembramentos de Imóveis Rurais.....	53
14. O Georreferenciamento e o Sistema Geodésico Brasileiro.....	56
14.1. A ideia e a finalidade.....	56
14.2. A regulamentação.....	57
14.3. Prazo para o georreferenciamento.....	59
14.4. O Sistema Geodésico Brasileiro.....	62
15. Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR.....	63
16. Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR.....	70
17. Retificação Administrativa de Área.....	72
17.1. Casos de retificação administrativa.....	72
17.2. Requisitos para o pedido.....	72
17.3. A tramitação cartorária.....	73
17.4. Remanescentes de áreas alienadas e retificação de divisas por confrontantes.....	74
17.5. Hipóteses de dispensa de retificação.....	75
17.6. Retificação para aumentar a extensão da área.....	76
18. Reforma Agrária.....	77
18.1. Conceituação na Constituição Federal e no Estatuto da Terra.....	77
18.2. Objeto e metas da reforma agrária.....	78
18.3. A política de socialização da terra.....	79
18.4. Rumos atuais na exploração da terra e o sistema da reforma agrária.....	80
18.5. A propriedade produtiva.....	81
18.6. Estimativa do Grau de Eficiência de Exploração – GEE.....	85
18.7. A metodologia para aferir a produtividade da terra.....	86
18.8. Graus de utilização e de eficiência para caracterizar a produtividade do imóvel.....	87
18.8.1. Quanto ao grau de utilização.....	87
18.8.2. Quanto ao grau de eficiência na exploração.....	90
19. Desapropriação por Interesse Social para Fins de Reforma Agrária.....	95
19.1. O alcance do interesse social e da função social.....	95
19.2. Terras insuscetíveis de desapropriação.....	96
19.3. Imóveis destinados à reforma agrária e suscetíveis de desapropriação.....	97
19.4. Imóveis rurais e sua localização.....	101
19.5. A justa indenização.....	103
19.6. Juros compensatórios na desapropriação para fins de reforma agrária.....	107
19.7. Condições para o assentamento.....	113
19.8. Pessoas excluídas em programa de reforma agrária de imóveis desapropriados.....	121
19.9. Imóvel remanescente à área desapropriada.....	122
19.10. Vistoria do imóvel para fins de reforma agrária.....	123

19.11. Desapropriação para fins de reforma agrária por descumprimento da função social de preservação do meio ambiente.....	126
19.12. Desapropriação e invasões da área.....	129
19.13. Competência para a desapropriação para fins de reforma agrária	132
19.14. O procedimento da ação de desapropriação para fins de reforma agrária	133
19.15. A ação que discute o preenchimento dos requisitos para a desapropriação e suspensão da imissão de posse.....	138
20. Terras Devolutas como Bens Públicos	140
20.1. A origem do sentido de terras devolutas	140
20.2. Caracterização e alcance.....	140
20.3. Terras devolutas e terras sem dono ou sem matrícula imobiliária.....	142
20.4. Terras devolutas arrecadadas	144
20.5. Inclusão das terras devolutas como bens públicos.....	145
21. A Proteção Possessória e o Descumprimento da Função Social da Propriedade Rural	147
22. Direito de Superfície Agrária	151
23. Licenciamento Ambiental para a Atividade Agrária	154
24. Queimadas para Atividades Agrícolas	159
24.1. O alcance das queimadas	159
24.2. A legislação	160
24.3. Visão da jurisprudência do STJ sobre a matéria.....	166
24.4. Indeferimento do pedido de queima controlada por motivo de poluição.....	167
25. Áreas de Preservação Permanente, de Uso Restrito e de Destinações Especiais	168
25.1. Caracterização e especificação das Áreas de Preservação Permanente.....	168
25.2. Tratamento para situações especiais das Áreas de Preservação Permanente.....	172
25.3. Criação de Áreas de Preservação Permanente.....	173
25.4. Regime de proteção das Áreas de Preservação Permanente.....	174
25.5. Atividades rurais em Áreas consolidadas de preservação permanente e recomposição.....	177
25.6. Recomposição de Áreas de Preservação Permanente de até quatro módulos fiscais e de áreas destinadas à reforma agrária.....	181
25.7. Áreas de uso restrito.....	182
25.8. Uso ecológico sustentável dos apicuns e salgados.....	183
25.9. Supressão de vegetação nativa para o uso alternativo do solo.....	185
26. Área de Reserva Legal ou Ambiental	187
26.1. Motivações que levaram à Reserva Legal ou ambiental	187
26.2. A compreensão da área de Reserva Legal ou ambiental.....	187

26.3. Fatores que influem na localização da área de Reserva Legal	189
26.4. As dimensões de áreas a serem preservadas na Reserva Legal ou ambiental	190
26.5. Condições relativas à constituição de áreas de Reserva Legal	191
26.6. A utilização da área de Reserva Legal.....	192
26.7. Redução da área de Reserva Legal	194
26.8. Áreas excluídas de constituição de Reserva Legal e inclusão de espécies frutíferas e exóticas para a composição da vegetação	195
26.9. Redução ou aumento da área de Reserva Legal dos Estados indicada pelo Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE estadual	195
26.10. Casos do cômputo da Área de Preservação Permanente para a composição da área de Reserva Legal	196
26.11. A especialização e o registro da Reserva Legal ou ambiental.....	197
26.11.1. Regulamentação do Cadastro Ambiental Rural – CAR.....	202
26.12. Áreas consolidadas em áreas de Reserva Legal	209
26.13. Autorização para a exploração de florestas nativas ou sucessoras não integrantes de áreas de Reserva Legal.....	212
26.14. Penalidades para aqueles que se omitem em encaminhar o registro da área de Reserva Legal e dispensa de autuações	214
26.15. Regulamentação do programa de regularização de áreas rurais devastadas	216
27. Áreas Rurais de Preservação Permanente e de Reserva Legal com Isenção do Imposto Territorial Rural.....	220
28. Recomposição, Regeneração e Compensação de Áreas de Reserva Ambiental ou Legal	222
29. A Instituição de Servidão Ambiental ou de Cota de Reserva Ambiental em outro Imóvel para Fins de Reserva Legal	227
30. Transferência da Obrigação de Implantar a Reserva Legal ou Ambiental ao Adquirente do Imóvel.....	233
31. A Condição do Prévio Registro da Área de Reserva Legal ou Ambiental para Atos de Transmissão e Desmembramento do Imóvel.....	236
32. Legitimidade do Adquirente do Imóvel para Responder na Ação de Reparação por Danos Ambientais.....	240
33. Colonização.....	243
33.1. Compreensão.....	243
33.2. Objetivos.....	244
33.3. Colonização de terras públicas e de terras particulares	245
33.4. O projeto de colonização.....	247
34. Transformação de Imóveis Rurais em Urbanos para Fins de Loteamento....	249
35. Loteamento e Desmembramento de Imóveis Rurais	251
35.1. Conceito e regulamentação.....	251
35.2. O procedimento para o loteamento.....	253
35.3. Desmembramentos de imóveis rurais para utilização comercial, industrial e comunitária	257

36. A Discriminação das Terras Públicas	259
36.1. Propósito visado com a discriminação	259
36.2. Panorama da legislação.....	260
36.3. Terras objeto da discriminação.....	260
36.4. O procedimento administrativo	261
36.5. O procedimento judicial	264
37. Legitimação de Posse.....	266
38. Regularização de Posse em Terras Rurais.....	271
39. Regularização de Posse na Amazônia Legal.....	273
40. Usucapião de Terras Rurais.....	278
40.1. Usucapião pró-labore do Estatuto da Terra.....	278
40.2. Usucapião especial de terras rurais e sistemas legais vigentes para o seu reconhecimento	280
40.3. Sistema legal aplicável para a usucapião de terras rurais	282
40.4. Requisitos para a usucapião de terras rurais.....	283
40.5. O procedimento judicial e administrativo da usucapião especial rural..	288
40.6. Usucapião cartorário extrajudicial.....	292
40.7. Usucapião especial rural como matéria de defesa e com reconhecimento de domínio	298
40.8. A isenção do Imposto Territorial Rural.....	299
41. Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros.....	299
42. Terrenos de Marinha.....	304
43. Terras Indígenas	310
43.1. As terras ocupadas pelos indígenas	310
43.2. As terras indígenas como direito constitucional	310
43.3. O tratamento dado pela jurisprudência para a caracterização das terras indígenas.....	314
43.4. A regulamentação pelo Estatuto do Índio.....	317
43.5. A demarcação das terras e a usucapião indígena.....	318
44. Terras Situadas na Faixa de Fronteira.....	321
44.1. Elementos formativos e tratamento legal.....	321
44.2. Relação da faixa de fronteira com a segurança nacional	323
44.3. Providências registrárias.....	327
44.4. Alienação, pelos Estados, de terras devolutas localizadas na faixa de fronteira e impossibilidade da desapropriação	328
44.5. A declaração de nulidade da desapropriação de terras devolutas da União transferidas a particular por Estado não titular	329
45. A Impenhorabilidade do Imóvel Rural.....	333
45.1. Conceitos de institutos relativamente ao tamanho da propriedade rural.....	333
45.2. A impenhorabilidade da pequena propriedade	334
45.3. A impenhorabilidade da moradia em imóvel rural e da pequena propriedade rural	335
45.4. Invalidez da renúncia ao direito da impenhorabilidade.....	338

46. O Direito das Águas no Direito Agrário.....	340
46.1. A lei aplicável em matéria de águas.....	340
46.2. Águas públicas	341
46.2.1. A abrangência das águas públicas	341
46.2.2. A utilização particular da água para as necessidades comuns de pequenos núcleos populacionais e as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes.....	343
46.2.3. A utilização particular das águas para finalidades rurais.....	344
46.2.4. A outorga de água para a irrigação na agricultura.....	347
46.2.5. O pagamento pelo uso de água	350
46.2.6. O sentido do caráter de domínio público das águas.....	353
46.3. Águas particulares.....	354
46.4. Aqueduto ou canalização de águas.....	356
46.5. Águas supérfluas das correntes comuns e das nascentes.....	361
46.6. Fluxo das águas pelo prédio inferior ou do escoamento natural das águas	365
46.7. Aproveitamento das águas pluviais	367
46.8. Tirada de águas	368
46.9. Tomada de água	369
46.10. Escoamento de águas estagnadas.....	370
CAPÍTULO III – CONTRATOS AGRÁRIOS.....	371
1. Parceria e Arrendamento Rural.....	371
1.1. Conceitos e caracterização.....	371
1.2. Leis regulamentadoras.....	374
1.3. Natureza dos contratos.....	375
1.4. Forma dos contratos.....	376
1.5. Prazos de duração	377
1.5.1. Prazos mínimos para o arrendamento.....	377
1.5.1.1. <i>Arrendamento de lavouras e atividades de exploração florestal</i>	378
1.5.1.2. <i>Arrendamento para a exploração da pecuária</i>	378
1.5.2. Prazos mínimos para a parceria.....	379
1.5.3. Contratos com prazo indeterminado	380
1.6. Renovação ou prorrogação do contrato.....	381
1.7. Direito de preferência ou preempção na alienação do imóvel.....	384
1.7.1. O direito de preferência em favor do subarrendatário.....	388
1.7.2. Concorrência de vários arrendatários.....	390
1.7.3. Concorrência do condômino e do arrendatário no direito de preferência	390
1.7.4. Depósito do preço da venda	391
1.7.5. Direito de preferência ou indenização por perdas e danos...	392
1.7.6. Extensão do direito de preferência à parceria	392

1.7.7.	Abrangência do pedido de preferência a toda a área do imóvel.....	393
1.7.8.	Procedimento judicial para o exercício do direito de preferência.....	394
1.8.	Benfeitorias e direito de retenção.....	395
1.9.	Fixação do preço ou remuneração.....	396
1.9.1.	No arrendamento.....	396
1.9.1.1.	<i>Valor real do imóvel para arbitrar o preço ou remuneração do arrendamento</i>	398
1.9.1.2.	<i>Preço potencial da área não arrendada</i>	399
1.9.1.3.	<i>Arrendamento de imóvel com benfeitorias</i>	400
1.9.1.4.	<i>Reajuste do preço ou remuneração</i>	400
1.9.2.	Na parceria.....	401
1.10.	Extinção do contrato.....	402
1.11.	Ação de despejo.....	404
1.12.	Ação de reintegração de posse.....	407
1.13.	Venda de imóvel rural objeto de arrendamento ou parceria.....	408
1.14.	Subarrendamento e subparceria.....	408
1.15.	Parceria na exploração de madeiras.....	409
2.	Locação de Imóvel Rural.....	410
3.	Contrato de Integração nas Atividades Agrossilvipastoris.....	413
3.1.	O sistema de integração entre empresas de beneficiamento ou de industrialização de produtos de origem agrossilvipastoril, e o produtor rural.....	413
3.2.	A lei que regulamentou o sistema de integração.....	415
3.3.	A abrangência de produtos e atividades no contrato de integração....	416
3.4.	Conceitos ou significados de termos e expressões que envolvem a integração.....	417
3.5.	O fato socioeconômico que leva à formação de novas figuras jurídicas.....	420
3.6.	Da gênese do contrato de integração no fenômeno social.....	422
3.7.	A presença de elementos de outros contratos na formação de alguns contratos.....	423
3.8.	O contrato de integração frente à parceria rural.....	423
3.9.	O contrato de integração frente ao contrato de sociedade.....	426
3.10.	A conjugação de elementos da parceria e da sociedade no contrato de integração.....	429
3.11.	A relação de integração e conjugação de recursos e esforços.....	430
3.12.	Elementos do contrato de integração.....	431
3.13.	Requisitos do contrato de integração.....	433
3.14.	O fórum nacional de integração (Foniagro).....	438
3.15.	Comissões para acompanhamento, desenvolvimento e conciliação da integração (Cadeacs).....	439

3.16.	Normas ambientais e sanitárias.....	442
3.17.	Relatório de informações da produção integrada (RIPI).....	443
3.18.	Documento de informação pré-contratual (DIPC).....	444
3.19.	Titularidade das máquinas, equipamentos, instalações e animais entregues pelo integrador ao integrado, e consumo de produtos.....	445
3.20.	Direitos do integrado na recuperação judicial ou falência do integrador.....	447
3.21.	O contrato de integração e a relação de emprego.....	448
3.22.	O tratamento jurídico dado pelos tribunais ao contrato de integração.....	453
3.23.	Não incidência de contribuições ou tributos nos contratos de integração.....	459
4.	Seguro Agrícola ou Proagro.....	460
4.1.	A caracterização do seguro.....	460
4.2.	A regulamentação específica e a finalidade.....	461
4.3.	As causas de cobertura.....	462
4.4.	Direitos que decorrem do seguro.....	463
4.5.	Fontes de custeio, extensão da cobertura e administração do seguro.....	465
4.6.	O Proagro mais.....	466
4.6.1.	A comprovação das perdas.....	466
4.7.	Órgão recursal interno.....	467
4.8.	O prêmio ou adicional.....	467
4.9.	A responsabilidade passiva.....	470
5.	Compra e Venda de Safra Futura e Revisão Contratual.....	472
6.	O Preço Mínimo dos Produtos Agrícolas.....	478
6.1.	A previsão legal da garantia.....	478
6.2.	Competência para estabelecer o preço mínimo.....	479
6.3.	As formas de garantia do preço mínimo.....	481
6.4.	A fixação do preço mínimo abaixo do custo do produto.....	483
6.5.	A venda de produtos abaixo do preço mínimo.....	487
7.	Contratos Atípicos ou Não Regulamentados Especificamente.....	487
CAPÍTULO IV – CRÉDITO RURAL.....		491
1.	O Crédito Rural.....	491
1.1.	Configuração e objetivos.....	491
1.2.	Órgãos financeiros que concedem o crédito rural.....	493
1.3.	Destinatários do crédito rural.....	493
1.4.	Requisitos para a concessão do crédito rural.....	494
1.5.	Condições impostas ao financiado.....	495
1.6.	Tratamento privilegiado concedido pela legislação agrária ao crédito rural.....	496
1.7.	Títulos de crédito rural.....	506

1.8.	Modalidades de crédito rural.....	507
1.9.	Cédulas de crédito rural	509
1.9.1.	Características.....	509
1.9.2.	Registro imobiliário das cédulas rurais	509
1.9.3.	Cobrança judicial das cédulas de crédito rural.....	510
1.9.4.	A impossibilidade de penhora, sequestro e arresto em bens objeto da cédula de crédito rural.....	513
1.9.5.	Perda dos privilégios especiais na transmissão ou transferência dos títulos de crédito rural.....	515
1.9.6.	Vencimento antecipado da cédula rural.....	517
1.9.7.	Cédula rural pignoratícia	517
1.9.7.1.	<i>Conceituação</i>	517
1.9.7.2.	<i>Finalidade</i>	518
1.9.7.3.	<i>Constituição</i>	518
1.9.7.4.	<i>Prazo de duração e bens objeto da cédula</i>	519
1.9.7.5.	<i>A posse dos bens</i>	520
1.9.7.6.	<i>Alienação dos bens</i>	522
1.9.8.	Cédula rural hipotecária.....	523
1.9.8.1.	<i>Caracterização</i>	523
1.9.8.2.	<i>Objeto da cédula rural hipotecária</i>	524
1.9.8.3.	<i>Direitos resultantes da cédula rural hipotecária</i>	524
1.9.8.4.	<i>Requisitos do contrato</i>	525
1.9.8.5.	<i>Incidência de várias hipotecas sobre o mesmo bem</i>	526
1.9.9.	Cédula rural pignoratícia e hipotecária.....	527
1.10.	Nota promissória rural	528
1.11.	Duplicata rural.....	531
1.12.	Nota de crédito rural.....	534
1.13.	Cédula de produto rural – CPR.....	535
1.13.1.	Promessa de entrega de produtos e não de pagamento....	535
1.13.2.	As características.....	536
1.13.3.	O endosso e a liquidação	537
1.13.4.	Caráter cambial	538
1.13.5.	A qualificação como título de crédito.....	539
1.13.6.	A inscrição da cédula no Registro Imobiliário e a execução..	540
1.13.7.	A responsabilidade dos endossantes	540
1.14.	Equalização dos preços dos produtos e dos encargos financeiros....	542
2.	Agronegócio e Títulos de Crédito	547
2.1.	A formação do agronegócio	547
2.2.	Títulos de crédito criados em função do agronegócio.....	549
2.3.	Regramento relativo ao Certificado de Depósito Agropecuário – CDA e ao Warrant Agropecuário – WA.....	550

2.4.	Regramentos relativos ao Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, à Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e ao Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA.....	554
2.4.1.	Quanto ao CDCA.....	555
2.4.2.	Quanto à LCA.....	559
2.4.3.	Quanto ao CRA.....	559
3.	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.....	561
3.1.	Caracterização e criação do Programa.....	561
3.2.	Regulamentação.....	563
3.3.	Beneficiários do Pronaf.....	565
3.4.	Condições para ter acesso ao financiamento.....	566
3.5.	Objetivos do Pronaf.....	568
3.6.	Tipos específicos de financiamento.....	568
3.7.	Seguro da Agricultura Familiar (Seaf).....	569
4.	O Reajuste dos Preços das Dívidas Agrárias de Acordo com a Equivalência do Preço do Produto.....	571
CAPÍTULO V – EMPRESA AGRÁRIA.....		575
1.	Empresa Agrária, Agroindústria e Agronegócio.....	575
2.	Distinção entre a Empresa Agrária e a Empresa Rural definida no Estatuto da Terra.....	578
3.	Empresário Agrário Individual.....	579
4.	Estabelecimento Agrário.....	581
5.	Cultivares.....	583
5.1.	A formação de cultivares.....	583
5.2.	Cultivares locais ou tradicionais ou crioulas, e cultivares convencionais, híbridas e transgênicas.....	586
5.3.	A obtenção de licença para produzir cultivares.....	588
5.4.	A proteção da cultivar.....	590
5.4.1.	O prazo de proteção da cultivar.....	593
5.5.	A utilização de cultivares que não constitui violação ao direito de propriedade.....	594
5.6.	O preço pelo direito de uso.....	597
5.7.	A revalidação no Brasil das cultivares autorizadas no exterior.....	598
CAPÍTULO VI – TRABALHADOR RURAL.....		603
1.	Estatuto do Trabalhador Rural.....	603
1.1.	O trabalho rural e incidência do Estatuto.....	603
1.2.	Tratamento dado ao trabalhador rural.....	604
1.3.	Direitos reconhecidos ao trabalhador urbano e ao trabalhador rural.....	605
1.4.	Direitos próprios do empregado rural.....	610
1.5.	Contrato de trabalho rural por pequeno prazo.....	612

2. Regime Previdenciário aos que Desempenham Atividades Rurais.....	614
3. Aposentadoria por Idade.....	618
3.1. O direito à aposentadoria.....	618
3.2. Tipos de contribuintes.....	619
3.3. A concessão da aposentadoria mediante a comprovação do exercício de atividade rural e dispensa de contribuição.....	622
3.4. O prazo de carência para a aposentadoria.....	625
3.5. Cálculo diferenciado para a apuração do período de contribuição a partir de 2010.....	626
4. Aposentadoria por Tempo de Contribuição.....	627
4.1. Espécies e condições.....	627
4.2. Prazos de carência e distinção do tempo de contribuição.....	631
4.3. Cômputo do tempo de serviço rural exercido antes da Lei 8.213/1991, sem recolhimento das contribuições, para fins de concessão de aposentadoria.....	634
4.4. Contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade rural, urbana e pública.....	636
4.5. O valor do benefício.....	639
4.6. Documentação para pedir a aposentadoria.....	639
5. Aposentadoria do Trabalhador Rural por Invalidez.....	640
5.1. A condição da incapacidade total e definitiva para o trabalho.....	640
5.2. Tipos de invalidez e prazos do início do benefício.....	641
5.3. O valor da aposentadoria.....	642
5.4. A carência.....	643
5.5. Acréscimo do valor, se necessária a assistência, e cancelamento do benefício.....	644
6. Auxílio-Doença.....	645
7. Auxílio-Acidente.....	647
8. O Benefício da Pensão por Morte do Trabalhador Rural.....	648
8.1. O direito ao benefício, o valor da pensão e a carência.....	648
8.2. Classes de dependentes e beneficiários.....	649
8.3. Cessação do benefício e redução do valor.....	651
8.4. Exigências para a concessão.....	653
8.5. Os beneficiários de segurado que tiver morte presumida.....	653
8.6. Inexistência de prazo de decadência para os incapazes.....	654
8.7. Cumulação da pensão com outros benefícios.....	654
9. Salário-Família.....	655
10. Salário-Maternidade.....	658
11. Auxílio-Reclusão.....	664
12. Abono Anual Acidentário e Abono Salarial Anual.....	668
13. Seguro-Desemprego.....	669
14. Habilitação e Reabilitação Profissional.....	675
15. Acidente do Trabalho.....	677

16. Contribuição Previdenciária de Pessoas Ligadas à Atividade Rural	682
16.1. Contribuição do empregador rural pessoa física.....	682
16.2. Contribuição devida pela pessoa jurídica que atua na área da agroindústria	685
16.3. Contribuição devida pelo segurado rural especial	687
16.4. Contribuição devida pelo segurado rural individual pessoa física.....	689
16.5. Contribuição de consórcio simplificado de produtores rurais.....	689
17. Funrural.....	690
17.1. A contribuição Social Rural	690
17.2. O contribuinte.....	691
17.3. Empregador rural pessoa física e período anterior à Lei 10.256/2001...	692
17.4. Pedido de restituição relativamente a pagamentos feitos nos períodos em que não era devida a contribuição	696
18. Contribuição devida ao Incra	698
BIBLIOGRAFIA.....	701